



O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marcley da Luz Marques, Ana Paula de Andrade Rocha Arnaud , Francinaide Maria de Souto

Instituto Federal da Paraíba- IFPB, Campus Sousa, marcleymarques@gmail.com

RESUMO: A educação inclusiva trouxe questões a serem discutidas, repensadas e analisadas em nossas instituições de ensino, visto que, as dificuldades encontradas em nossas escolas traz a necessidade de confrontar as práticas excludentes e separatistas ao aluno com deficiência nas salas regulares. Então, em busca de uma qualidade na aprendizagem que vise o acesso e permanência dos alunos em nossas escolas com igualdade de oportunidades, surge a necessidade de (re) construir uma educação que seja para atender a necessidade dos mesmos. A modalidade de Educação Especial conforme ressalta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96 determina que as instituições de ensino devam adequar currículo, métodos e estratégias no ensino-aprendizagem, todavia ainda encontramos problemas, uma vez que faltam materiais, recursos humanos capacitados e acessibilidade. A partir da proposta da educação inclusiva, mais precisamente para alunos surdos, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise crítica e reflexiva sobre a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, como ferramenta de comunicação e desenvolvimento sócio cognitivo, uma prática pedagógica baseada em um currículo que contemple esses educandos no processo de ensino-aprendizagem, onde possam desenvolver a sua identidade e cultura surda, a partir do ensino da língua materna, LIBRAS, como sua primeira língua, e a língua portuguesa como segunda língua, assim como determina o Decreto Nº 5.626/05, visto que a pessoa surda faz parte de uma cultura e identidade diferente das pessoas ouvintes. A pesquisa delinea-se em seu caráter analítico e interpretativo, na dimensão histórica, social e cultural da pessoa surda e assim faz uma reflexão a cerca de como se faz uma educação para esse público que considere os aspectos relevantes de uma comunidade que possui suas particularidades que os caracterizam a partir de sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Currículo, Libras.

INTRODUÇÃO

Serão abordados vários estudiosos sobre o assunto, como também Leis e Decreto que garantem uma educação de qualidade voltada para os anseios de um público que se faz presente nas escolas brasileiras e assim busquem práticas metodológicas que contemplem uma educação de igualdade de oportunidade.

A nossa abordagem teórica e metodológica é voltada para questões da inclusão, pois é uma ação de caráter político, cultural, social e pedagógico fundamentada nas concepções de direitos humanos, pois a educação é um direito de todos, com garantia de acesso e permanência nas escolas. Partindo desse pressuposto alunos com deficiência devem estudar na escola regular, mas voltada



para sua realidade, a partir de ações metodológicas, estratégias e recursos que facilitem a aprendizagem.

Reportamos ao atual contexto da educação de surdos no Brasil em que a Libras é o objetivo principal no ensino do sujeito surdo, pois através dela que o mesmo organiza suas ideias e constrói seu conhecimento. O ensino para surdos na modalidade bilíngue demarca a Libras como língua de comunicação e acesso o conhecimento científico e reforça que o ensino da Língua Portuguesa tenha uma metodologia diversificada, como segunda língua.

As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque se utilizam de um meio ou canal visual-espacial e não oral auditivo. Assim, articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados, os quais são percebidos pelos seus usuários através das mesmas dimensões espaciais. (BRITO, 1997, p. 2)

O rompimento com práticas e conceitos antigos marca um passo para inclusão, é preciso inovar, vencer os desafios, faz-se necessário deixar de ver a educação como processo de integração, mas sim como inclusão. Mas é verdade que a inclusão na sala de aula está sendo aprendida no dia a dia, com relação à inclusão de alunos surdos deve-se respeitar sua cultura e reconhecer que a língua de sinais faz parte da sua identidade.

BREVES CONSIDERAÇÕES

O ensino passou por transformações que acompanham toda a história da humanidade, experimentaram diferentes estratégias, muitos viam a pessoa com deficiência sem necessidades específicas, estabelecia uma forma única de ensinar baseado na homogeneidade.

Sabemos que a visão da educação era privilégio de poucos, porque no passado só tinham acesso ao ensino escolar quem tinha condições financeiras, já era uma forma de exclusão, mas a partir do processo de democratização da escola inicia uma investidura para mudar a concepção de segregação e integração, então os direitos humanos e os princípios de cidadania vão impulsionar a mudança no paradigma educacional.

Para acontecer essas mudanças foram necessárias afirmações, imposições, a Constituição Federal de 1988 (art.3º, inciso IV) ressalta que “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quais quer outras formas de discriminação” . No artigo 206, inciso I,



estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, aborda no art. 208 a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 no artigo 59 revela que os sistemas de ensino devem oferecer currículo, métodos, recursos, organização específicos para atender as necessidades dos educandos, sempre considerando as características do aluno, seus anseios, condições de vida e de trabalho, mediando cursos e avaliação.

Através dessa política surgem escolas, classes e instituições especializadas para atender as pessoas com deficiências, com um tempo vê que há necessidade de incluir as pessoas em um ambiente onde todos possam interagir. Segundo Stumpf (2004, p.144) “a escola é o espaço privilegiado que deve proporcionar a seus alunos [...] as situações necessárias a essas interações significativas [...] que darão início e continuidade a seus processos de aprendizagem”.

Desta forma o Ministério da Educação junto com a Secretaria de educação Especial propaga uma Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) visa constituir políticas públicas de uma educação de qualidade para todos os alunos. Onde as escolas precisam estar preparadas para receber todos os alunos e que tenham uma educação de qualidade, com profissionais de educação qualificados para atender as necessidades dos discentes.

Uma educação voltada para alunos surdos precisa considerar a língua de sinais como artefato cultural, entretanto para conquistar o direito de se comunicar na sua língua visual- espacial, os surdos passaram por opressões, discriminações e resistências. Como sabemos na Antiguidade os surdos eram vistos como incapazes de desenvolver o pensamento, com um tempo à sociedade acreditavam que através da fala é que se poderiam pensar, então os ensinaram pelo método oralista, e assim no Congresso de Milão em 1880, foi discutido e determinado à proibição da educação de surdos através da língua de sinais, e assim os surdos foram obrigados a serem alfabetizados pelo método oralista, mas não prosperou.

No século XX surge a Comunicação Total que é o uso de gestos, da oralidade, leitura labial, enfim várias formas de ensinar a comunicação, porém os surdos não desenvolveram, mais uma vez comprova que a educação de surdos deve ser através da língua de sinais, então a partir de estudos linguísticos, do pesquisador Stokoe em 1960, afirma que as línguas de sinais apresentam propriedades, características que uma língua oral possui, e assim aos poucos a sociedade “aceita” o método do bilinguismo, o uso de duas línguas, a primeira sendo a visual e a segunda oficial do país,



mas não foi e não é fácil as pessoas ouvintes entenderem que a forma bilíngue é a melhor estratégia de ensinar ao surdo.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão e determina que se tenha apoio e difusão da mesma. Para reafirmar esta Lei o Decreto 5.626/05 regulamenta para que alunos surdos tenham a sua disposição a inclusão da Libras como disciplina no currículo escolar, aborda também a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, já a Língua Portuguesa para eles deve ser a segunda língua, como princípio uma educação bilíngue, como também a inclusão de Libras como disciplina curricular na Educação Superior na formação de professores e de fonoaudiologia seja obrigatório, e facultativo nos outros cursos de graduação.

Os sistemas de ensino devem organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva para o surdo, oferecendo instrutor, tradutor/intérprete de Libras, tecnologia assistiva como estratégia metodológica. É preciso adaptar a real situação, uma vez que a comunicação é diferente, porque a Língua de sinais revela o contexto linguístico, social e cultural da comunidade surda. A utilização de recursos visuais é fundamental, já que o surdo precisa fazer associação (imagem/palavra).

[...] é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos [...] e sem ela os indivíduos não são desprovidos de mente, mas os alcances dos seus pensamentos estão restritos, permanecendo num mundo imediato e pequeno. (SANCKS, 2002, p.56)

A metodologia aplicada à educação de surdos no contexto de educação bilíngue, a LIBRAS como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua, respeitando a linguística do aluno. Então fazendo associação do concreto ao sinal, após sinal/palavra, em seguida substituir a imagem pela palavra escrita, mas esta de forma contextualizada para uma melhor atribuição de sentido, e assim se aproprie desse universo bilíngue.

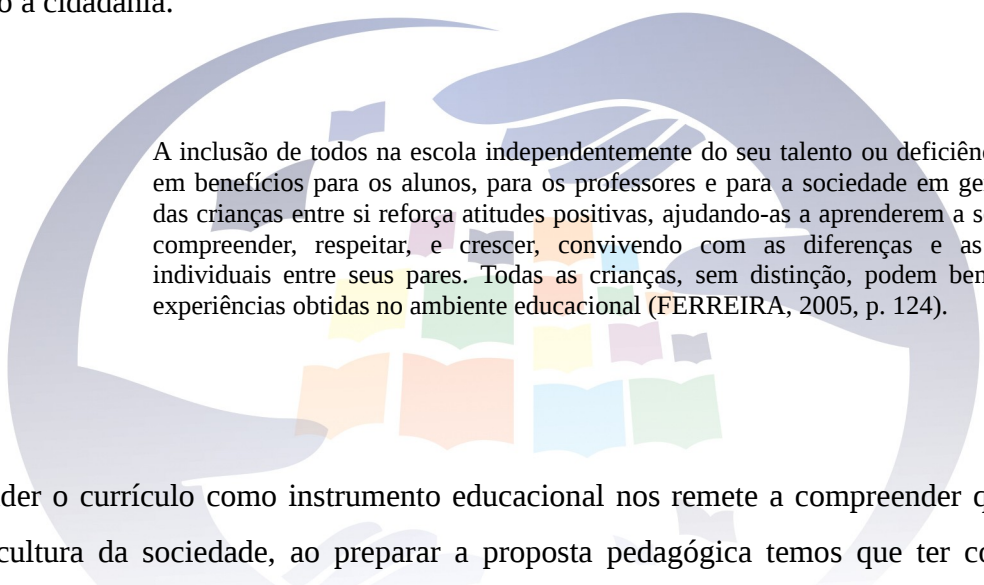
O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a coexistência dessas línguas, reconhecendo-as de fato, atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que está se formando. (QUADROS & SCHMIEDT, 2006, p.13)





Quanto mais cedo o surdo tiver contato com a língua de sinais, mais rápido desenvolve a comunicação, sabemos que a família, a escola, ou seja, o lugar que está inserido contribui para sua comunicação. Para Botelho (2002) diz que os casos de surdos com dificuldade de abstração são relacionados ao acesso de uma língua que dominem e não são problemas inerentes à surdez.

Lutar por uma escola inclusiva, principalmente para surdo, é preciso uma reflexão sobre a situação sociolinguística, a acessibilidade do surdo que não se garante apenas com o intérprete na sala de aula, a língua de sinais precisa está articulada com os conteúdos trabalhados durante o currículo escolar, trabalhar com projetos que ultrapasse as paredes da sala e envolva toda a comunidade escolar e assim ocorra a revitalização do olhar para a construção visual dos sentidos como direito à cidadania.



A inclusão de todos na escola independentemente do seu talento ou deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e para a sociedade em geral. O contato das crianças entre si reforça atitudes positivas, ajudando-as a aprenderem a ser sensíveis, a compreender, respeitar, e crescer, convivendo com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. Todas as crianças, sem distinção, podem beneficiar-se das experiências obtidas no ambiente educacional (FERREIRA, 2005, p. 124).

Entender o currículo como instrumento educacional nos remete a compreender que a escola trabalha a cultura da sociedade, ao preparar a proposta pedagógica temos que ter como base a necessidade do público (alunos), entender que a cultura não é homogênea, mas sim plural, pois vários indivíduos participam e contribuem com suas subjetividades. Partindo de esse olhar, o currículo:

[...] configura-se como conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para construção de identidades socioculturais dos educandos. [...] Na organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivência e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educando. (BRASIL, 2010, art 13)



Faz-se necessário um currículo para o aluno surdo que institua formas de vida e formas de ser surdo, porque trabalha a identidade da cultura surda, elementos que afirmam como um grupo que contribui, produz e participa na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Usar estratégias para passar o conteúdo, respeitando o ritmo do aluno, trabalhar com textos nos mais variados gêneros de acordo com a temática e tipologia textual na língua de sinais, então é interessante contar história, encenar, discutir, uso da linguagem musical, com adaptação de letras para Libras, músicas ilustradas; teatro como ferramenta de comunicação, movimento e expressão corporal e facial e o uso da Libras; a percepção visual com atividades de produção e interpretação de desenhos, pinturas, esculturas, fotografia, enfim, fazer com que o aluno participe na construção do conhecimento, antes de iniciar o trabalho pedagógico, faz-se necessário conhecer a realidade do aluno, pois é a partir do diagnóstico que iremos saber qual a necessidade do nosso aluno.

Pensar em cultura surda é compreender que é a forma do sujeito surdo entender o mundo, pois as percepções visuais, ideias, costumes, crenças, hábitos, materiais, enfim são elementos que ajudam na construção da identidade surda. STROBEL (2008, p.20) “a cultura é uma ferramenta de transformação, de percepção, da forma de ver diferente, não mais de homogeneidade, mas de vida social constitutiva de jeitos de ser, de fazer, de compreender e de explicar”.

Nessa perspectiva os artefatos culturais (objetos, tradições, valores, normas, produtos confeccionados) do povo surdo são importantes para disseminação de sua cultura. Segundo STROBEL (2008), são em número de oitos artefatos culturais: experiência visual, linguística, familiar, literatura surda, vida social e esportiva, artes visuais, política e materiais, e assim o sujeito surdo em um ambiente favorável ao conhecimento e desenvolvimento enquanto cidadão tornará uma pessoa confiante e transformadora.

No ano de 1999, no V Congresso Latino de Educação Bilíngue para Surdos, organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS foi discutido uma proposta de ensino para educação de surdos, então, a comunidade surda lançou a proposta com o título “A educação que nós surdos queremos”.

Essa proposta pontua as seguintes determinações: a Língua de Sinais como meio de comunicação primordial na escola; a Libras como disciplina curricular em toda organização linguística; produção de um Projeto Político Pedagógico que o surdo seja participativo e a identificação da cultura surda, os Artefatos Culturais como conteúdo curricular, adequação do





material didático e pedagógico de acordo com a necessidade e especificidade da comunidade surda. Sendo assim Lopes (2007, p.85) afirma: “Toda e qualquer proposta de escola de surdos, quando em operação, cria perfis aceitos para um determinado grupo em um determinado tempo, considerando um conjunto de exigências sociais, políticas e econômicas de diferentes grupos culturais”.

Sabemos que o currículo é algo em permanente construção e passível de adaptações, então devemos compreender um currículo surdo, segundo Lopes (2007, p.86): “um currículo surdo exige que nós pensemos na nossa capacidade de olhar para os surdos colocando-os em outras tramas, que não aquelas atreladas às pedagogias corretivas”.

Observa-se que ao longo da história da educação de surdos a perspectiva era que o surdo fosse oralizado, mas ainda encontramos propostas que se prendem a um ensino da língua do ouvinte, ou seja, numa proposta oralista com uma visão patológica, sabemos que essa visão trouxe um atraso no ensino-aprendizagem da pessoa surda.

Encontramos ainda hoje crianças que chegam à escola sem ter acesso a uma língua, fato este comum na maioria de filhos de pais ouvintes, muitos crescem em um ambiente que não usam a língua de sinais e ao ingressar na escola se deparam com a língua de sinais que deveria ser ensinada em seu ambiente familiar, como sua primeira língua. Para Santana (2007, p. 83-84) “crianças surdas filhas de pais ouvintes criam um sistema de comunicação particular, denominado, para alguns autores, de simbolismo esotérico e, para outros, de sinais domésticos”.

A proposta de educação para pessoas surdas nas escolas precisa proporcionar uma educação bilíngue, ou seja, um planejamento linguístico com base na Libras, destacam alguns aspectos para construir essa educação são eles: a aquisição da Libras para surdos como 1ª língua; o ensino da Libras para colegas ouvintes, para comunidade escolar e professores da escola devem aprender a Libras como 2ª língua.

A avaliação faz parte do processo educativo na formação escolar do indivíduo, mas sempre adaptar o processo de ensino-aprendizagem a realidade do educando, não pode exigir do surdo algo que não é de sua competência (língua oral), então é direito do surdo que a língua de sinais seja a forma de comunicação para adquirir o conhecimento. Desta forma, as avaliações devem priorizar a produção em Libras, caso seja necessário produção escrita que tenha uma visão reflexiva sobre a linguística do educando, levando em consideração as peculiaridades do surdo.





A proposta das avaliações em Libras é de uma mudança de paradigma, pois subverte a ordem preestabelecida de supremacia da língua oral. Mais do que tudo é um desafio para nós educadores, surdos e ouvintes. É romper com as lógicas já estabelecidas. É estar disposto a ver na perspectiva do outro. É ir além. É permitir outras formas. Avaliar surdos na Libras, usando novas tecnologias, é possível. (QUADROS; STUMPF; OLIVEIRA, 2011, p.188).

A Libras é a forma de comunicação que torna as informações acessíveis para os surdos de forma clara e objetiva, então incorporá-la no ensino-aprendizagem facilitará para que os participantes tenha bons resultados, não esquecendo que a escola é responsável para desenvolver a linguagem, proporcionando uma diversidade de comunicação, atendendo as necessidades dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos a Libras como a língua do surdo e que deve fazer parte do currículo escolar, proporcionar aos alunos surdos um ensino que aborda a cultura surda, como também participação dos mesmos, nos programas que venham ajudar o cognitivo, perceptivo, o motriz, o raciocínio lógico. Não se pode pensar que inclusão de alunos surdos na sala regular é ter um intérprete e uma ou duas vezes na semana ter aula de Libras fora do contexto escolar, ou apresentação de sinais isolados, então quando for trabalhar Libras, que esteja relacionada às outras disciplinas, portanto uma ação interdisciplinar.

É preciso que a escola reformule seus métodos, a inclusão do curso de Libras para que todos os funcionários participem, pois precisam se capacitar adequar-se a realidade, professores sendo pesquisadores de novos métodos para facilitar a aprendizagem e compreender que a Libras é a L1 e a língua portuguesa é a L2 do surdo, que os docentes trabalhem a interdisciplinaridade e temas transversais, o currículo deve incluir outras temáticas voltadas para a realidade do aluno, devemos deixar sair do papel uma metodologia que esteja ao lado do aluno e torne-o agente, sujeito do aprender.

Portanto o professor de Libras precisa está preparado para exercer a função, conhecer os alunos para saber as necessidades, utilizar recursos que reforcem a cultura surda, uma escola preparada para acessibilidade dos mesmos, isso quer dizer que tantos ouvintes e surdos interajam, em que o bilinguismo valorize e fortaleça a cultura surda.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei N° 10.436**, de 24 de abril de 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Revista da Educação Especial**. V.1, n. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 4, DE 13 DE JULHO DE 2010.
- BRITO, Lucinda Ferreira. Estrutura Linguística da Libras. In: BRASIL. **Educação Especial Deficiência Auditiva**: Série Atualidades Pedagógicas. Brasília: MEC/ SEESP, 1997.
- FERREIRA, MEC. **Reflexões críticas acerca de alguns conceitos relacionados à integração/inclusão de criança com deficiência no ensino regular**. Revista Pedagógica. v. 15. Chapecó/SC, 2005.p. 107-134.
- LOPES, Maura Circini. **(Im) possibilidade de pensar a inclusão**. In: 30ª Reunião anual da ANPED, Caxambú/ MG, 2007
- QUADROS, R.M.; SCHMIEDT, M. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- QUADROS, R. M. STUMPF, M., OLIVEIRA, J. **“Avaliação de Surdos na Universidade”**. In: HEINING, Otilia; FRONZA, Cática (Org.). **Diálogos entre linguística e educação**. v. 2. Edifurb. Blumenau, 2011.
- SANCKS, Oliver. **Vendo vozes**. Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.
- STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.
- STUMPF, Marianne Rossi. **Sistema Sign Writing: por uma escrita funcional ara o surdo**. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES; Maura Corcini (Orgs). **A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. EDUNISC, 2004.